



TotalEnergies Dracena Participações S.A.

(Anteriormente denominada "Eren Dracena
Participações S.A.")

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
TotalEnergies Dracena Participações S.A.
(Anteriormente denominada "Eren Dracena
Participações S.A.")

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Eren Dracena Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

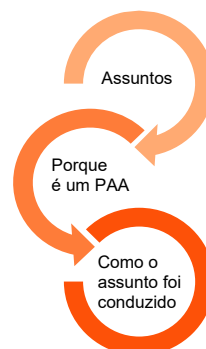
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

TotalEnergies Dracena Participações S.A.
(Anteriormente denominada
"Eren Dracena Participações S.A.")

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Ágio por rentabilidade futura (Nota 8)	
A Companhia apresenta ágio no montante de R\$ 34.310 mil em 31 de dezembro de 2025, registrado em seu ativo, e fundamentado em expectativa de rentabilidade futura. Esse ágio é oriundo de aquisições ocorridas em 2018. A administração avalia a recuperabilidade desse ativo tendo como referência projeções que incluem premissas e dados que envolvem julgamentos significativos da administração, incluindo preço da energia e taxa de desconto, entre outras. Para efetuar o cálculo do valor recuperável, a administração utilizou especialistas para calcular o valor em uso por meio da metodologia do fluxo de caixa descontado. Consideramos essa área como de foco para nossa auditoria tendo em vista a relevância do saldo, bem como possibilidade das variações na determinação de premissas e dados adotados pela administração podem impactar a recuperação dos saldos registrados e, por consequência, os resultados das operações e a posição patrimonial e financeira da Companhia.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos estabelecidos pela administração para mensurar o valor recuperável, da metodologia de avaliação, das premissas e dados utilizados no cálculo. Avaliamos o modelo do fluxo de caixa descontado, bem como sua coerência geral lógica e aritmética. Envolvermos nossos especialistas na área de finanças corporativas para nos apoiar na análise e teste da taxa de desconto, modelo e avaliação da razoabilidade das premissas. Para alguns dados e principais premissas, como o preço da energia e taxa de desconto, efetuamos comparações com publicações externas especializadas, quando aplicável, bem como avaliamos, por meio de revisão das análises de sensibilidade elaboradas pelos especialistas da administração, se variações individuais ou cumulativas aproximariam o valor recuperável do valor contábil. Consideramos que as premissas e dados utilizados e a metodologia de avaliação do valor recuperável estão consistentes com as práticas de mercado. Assim como, as divulgações efetuadas sobre o tema estão adequadas em relação às evidências por nós obtidas.



TotalEnergies Dracena Participações S.A.
(Anteriormente denominada
"Eren Dracena Participações S.A.")

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.



TotalEnergies Dracena Participações S.A.
(Anteriormente denominada
"Eren Dracena Participações S.A.")

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 27 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2CE003292/F-9

Daniel Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP247874/O-3

Conteúdo

Balanços patrimoniais.....	7
Demonstrações do resultado.....	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	14
1 Contexto operacional.....	14
2 Base de preparação e políticas contábeis materiais	14
3 Gerenciamento de riscos	27
4 Caixa e equivalentes de caixa	28
5 Depósitos vinculados (Consolidado)	28
6 Contas a receber de clientes (Consolidado)	28
7 Imobilizado (Consolidado)	29
8 Investimentos (Controladora)	29
9 Fornecedores (Consolidado)	31
10 Ativo de direito de uso e Obrigações com arrendamentos (Consolidado)	31
11 Debêntures (Controladora)	32
12 Patrimônio líquido	34
13 Receita líquida de vendas (Consolidado)	34
14 Custos operacionais (Consolidado)	34
15 Despesas gerais ou administrativas (Consolidado)	35
16 Resultado financeiro	35
17 Partes relacionadas	35
18 Instrumentos financeiros	36
19 Imposto de renda e contribuição social corrente (Consolidado)	37
20 Contingências	37
21 Eventos subsequentes	38

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	35.159	21.966	1.370	550
Depósitos vinculados	5	27.876	27.155	—	—
Contas a receber de clientes	6	5.381	4.936	—	—
Dividendos a receber	17	—	—	1.345	7.307
Impostos a recuperar		708	752	708	752
Outros créditos		790	751	1	16
Total do Ativo Circulante		69.914	55.560	3.424	8.625
Outros créditos		—	209	—	—
Realizável a longo prazo		—	209	—	—
Imobilizado	7	215.204	227.596	2	3
Intangível		86	114	21	28
Direito de uso	10	14.158	15.163	—	—
Ágio	8	34.310	34.310	34.310	34.310
Investimento	8	—	—	265.784	269.948
		263.758	277.183	300.117	304.289
Total do Ativo Não Circulante		263.758	277.392	300.117	304.289
Total do Ativo		333.672	332.952	303.541	312.914

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

TotalEnergies Dracena Participações S.A.
Balanços Patrimoniais
em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	9	12.404	2.431	5	45
Debêntures	11	24.162	23.309	24.162	23.309
Obrigações fiscais		395	401	3	7
Imposto de renda e contribuição social	19	530	485	—	—
Obrigações trabalhistas		127	168	—	—
Obrigações com arrendamentos	10	366	329	—	—
Outras contas a pagar		218	1.012	3	—
Total do Passivo Circulante		38.202	28.135	24.173	23.361
Debêntures	11	257.381	266.158	257.381	266.158
Obrigações com arrendamentos	10	16.102	15.264	—	—
Total do Passivo Não circulante		273.483	281.422	257.381	266.158
Total do Passivo		311.685	309.557	281.554	289.519
Patrimônio líquido	12				
Capital social		35.797	35.797	35.797	35.797
Prejuízos acumulados		(13.810)	(12.402)	(13.810)	(12.402)
Total do Patrimônio Líquido		21.987	23.395	21.987	23.395
Total do Passivo e Patrimônio líquido		333.672	332.952	303.541	312.914

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida operacional	13	47.585	51.804	—	—
Custos operacionais	14	(19.968)	(16.560)	(1)	—
Lucro bruto		27.617	35.244	(1)	—
Despesas gerais ou administrativas	15	(1.679)	(3.092)	(332)	(351)
Outras receitas (despesas) operacionais		365	(54)	(17)	(9)
Despesas operacionais		(1.314)	(3.146)	(349)	(360)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		26.303	32.098	(350)	(360)
Receitas financeiras	16	3.411	1.165	111	81
Despesas financeiras	16	(28.192)	(28.211)	(25.543)	(26.781)
Resultado financeiro		(24.781)	(27.046)	(25.432)	(26.700)
Resultado de equivalência patrimonial	8	—	—	24.374	30.337
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		1.522	5.052	(1.408)	3.277
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	(2.930)	(1.775)	—	—
Prejuízo (Lucro líquido) do exercício		(1.408)	3.277	(1.408)	3.277

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado abrangente

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo (Lucro líquido) do exercício	(1.408)	3.277	(1.408)	3.277
Outros resultados abrangentes - ORA	—	—	—	—
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	—	—	—	—
Resultado abrangente total	(1.408)	3.277	(1.408)	3.277

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	35.797	(15.679)	20.118
Lucro do exercício	—	3.277	3.277
Saldos em 31 de dezembro de 2024	35.797	(12.402)	23.395
Prejuízo do exercício	—	(1.408)	(1.408)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	35.797	(13.810)	21.987

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Nota	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo (Lucro líquido) do exercício	(1.408)	3.277	(1.408)	3.277
Ajustes para:				
Depreciação	7	12.990	10.490	1
Amortização Intangível		23	20	7
Amortização de direito de uso		715	759	—
Equivalência patrimonial	8	—	—	(24.374)
Juros sobre debêntures	11	25.450	26.461	25.450
Juros sobre arrendamentos	16	1.223	1.195	—
Apropriação do custo de captação	11	65	51	65
Resultado da baixa de Arrendamento		1.483	—	—
Imposto de renda e contribuição social	19	2.930	1.775	—
Outros		697	(428)	—
	44.168	43.600	(259)	(541)
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes		(445)	1.662	—
Outros créditos		(982)	(132)	15
Impostos a recuperar		44	2	44
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar		—	(84)	—
Fornecedores		9.973	2.170	(40)
Obrigações trabalhistas		(41)	19	—
Obrigações fiscais		(6)	(213)	(4)
Outras contas a pagar		(789)	1.012	3
	51.922	48.036	(241)	(483)
Caixa gerado (consumido nas) pelas atividades operacionais				
Impostos pagos sobre o lucro	19	(2.351)	(1.695)	—
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	49.571	46.341	(241)	(483)

TotalEnergies Dracena Participações S.A.
Demonstrações dos Fluxos de Caixa
em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

		Consolidado		Controladora	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Depósitos vinculados	5	(721)	(27.155)	—	—
Dividendos recebidos	8	—	—	34.500	16.500
Redução de investimentos em controladas	8	—	—	—	16.165
Aquisição de imobilizado	7	(598)	(79)	—	—
Aquisição de intangível		—	(116)	—	(29)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas (proveniente das) atividades de investimento		(1.319)	(27.350)	34.500	32.636
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamentos de principal - debêntures	11	(20.024)	(19.053)	(20.024)	(19.053)
Juros pagos sobre debêntures	11	(13.302)	(13.589)	(13.302)	(13.589)
Custo de captação - debêntures	11	(113)	—	(113)	—
Arrendamentos pagos	10	(1.620)	(1.507)	—	—
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(35.059)	(34.149)	(33.439)	(32.642)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		13.193	(15.158)	820	(489)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	21.966	37.124	550	1.039
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	35.159	21.966	1.370	550
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		13.193	(15.158)	820	(489)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1 Contexto operacional

A TotalEnergies Dracena Participações S.A. ("Companhia"), anteriormente denominada "Eren Dracena Participações S.A.", foi constituída em 23 de março de 2018 e tem como objeto social participar como acionista do capital social de sociedades que atuem em empreendimentos no setor de energia renovável. Suas controladas têm por objeto social: o desenvolvimento, a construção, a instalação, a operação, a manutenção e a exploração dos empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte solar denominado UFV Dracena I, II e IV; e a comercialização de energia solar.

Capital Circulante Líquido ("CCL") negativo

Em 31 de dezembro de 2025, a Controladora apresentava CCL negativo de R\$20.749 (R\$14.736 em 31 de dezembro de 2024) referente a escritura de debêntures, que serão amortizadas no curto prazo. O pagamento da dívida poderá ser realizado mediante o resgate do saldo de depósitos vinculados para pagamento de debêntures (Nota 5), no balanço consolidado, e no fluxo de caixa operacional das controladas. Ambas as alternativas serão efetivadas mediante a distribuição de dividendos obrigatórios e adicionais, oriundos da operação das controladas, para a controladora. Destaca-se que em período subsequente, houve a redução de investimento nas controladas, com a finalidade de pagamento das debêntures, conforme Nota 21 Eventos subsequentes.

2 Base de preparação e políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 27 de março de 2026.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A Administração não efetua julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas, que podem apresentar efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025, estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **2.8 Ativo imobilizado (exceto direito de uso de ativos arrendados, Consolidado)** – vida útil do ativo imobilizado: determinar a expectativa de vida útil dos equipamentos e componentes do empreendimento, conforme relatório de consultoria especializada.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Administração usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir suas atividades relevantes, conforme disposições do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

As entidades são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controlada e controladora são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis da controlada são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as informações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e suas controladas, listada a seguir:

Controladas	Empreendimentos	Localização	Data de constituição	Status	Tipo de investimento		% do Capital Social	
					31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Dracena I Parque Solar S.A.	UFV Dracenas I	Dracena (SP)	04 de março de 2015	Operacional	Controlada	Controlada	99,99%	99,99%
Dracena II Parque Solar S.A.	UFV Dracenas II	Dracena (SP)	04 de março de 2015	Operacional	Controlada	Controlada	99,99%	99,99%
Dracena IV Parque Solar S.A.	UFV Dracenas IV	Dracena (SP)	04 de março de 2015	Operacional	Controlada	Controlada	99,99%	99,99%

Nas informações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações *intercompany*, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações *intercompany*, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

2.6 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia e suas controladas classificam seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada alterem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, quando transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e sua controlada não transferem e nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: debêntures a pagar, fornecedores, obrigações com arrendamentos e outras contas a pagar.

2.7 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Administração não identificou quaisquer indícios de *impairment* com relação aos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas.

2.8 Ativo imobilizado (exceto direito de uso de ativos arrendados, Consolidado)

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados aos empreendimentos, são capitalizados ao imobilizado durante o período em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso dos ativos construídos internamente, após a emissão do último despacho comercial, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), para as unidades geradoras dos empreendimentos, momento que caracteriza o marco inicial da operação comercial plena da controlada.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com relatório de unitização do empreendimento, elaborado por consultoria especializado, seguindo diretrizes estabelecidas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica ("MCPSE"), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

2.9 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.10 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia e suas controladas operam e geram receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Os ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais de apuração de imposto de renda e base negativa de contribuição social não são registrados. Na data-base das demonstrações financeiras, a Controladora não possui diferenças temporárias.

A Companhia, optante pelo regime tributário do lucro real anual, não apresentou imposto de renda e contribuição social a pagar.

O imposto de renda das controladas foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A contribuição social das controladas foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

2.11 Arrendamento (Consolidado)

As controladas avaliaram o Pronunciamento Técnico CPC 06(R2) na data de 1º de janeiro de 2025, se utilizando do método de transição retrospectiva cumulativa, sem a representação dos valores comparativos, conforme expediente prático previsto na referida norma.

Com isso, os ativos e passivos na data da adoção inicial são os mesmos, e foram calculados por meio da projeção dos fluxos reais de pagamentos das contraprestações fixas pelo prazo de desenvolvimento, trazidos a valor presente pela taxa nominal incremental de empréstimos que foi calculada em 13,48% ao ano em 31 de dezembro de 2025.

Anualmente a Administração da Companhia reavalia a taxa de desconto a ser aplicada no reconhecimento de novos contratos.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia e suas controladas alocam a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, as controladas optam por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

As controladas reconheceram um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data do reconhecimento do contrato até o início da fase operacional, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental das controladas.

As controladas determinam sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e

O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

As controladas apresentam ativos de direito de uso na rubrica de "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "obrigações com arrendamentos" no balanço patrimonial.

2.12 Receita operacional (Consolidado)

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. A Companhia possui um único contrato, na modalidade de Energia de Reserva, celebrado com a CCEE, o qual possui as seguintes características:

- Contabilização e liquidação exclusivamente no mercado de curto prazo da CCEE.
- Contratos firmados entre os agentes vendedores nos leilões e a CCEE.
- Recebimento de receita fixa, independentemente de sua geração.
- Liquidação do excedente do limite superior (30% da energia contratada) ou inferior (10% da energia contratada) no exercício subsequente.

O reconhecimento de receita ocorre pela transferência (geração) da energia elétrica para a CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, momento em que há o cumprimento da obrigação de desempenho.

2.13 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Novas normas, alterações às normas contábeis e novas legislações foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. A Companhia está em processo de avaliação dos requerimentos e impactos da adoção das novas normas e alterações listadas abaixo para os próximos exercícios anuais:

- (i) Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo Internacional Sustainability Standards Board ("ISSB") – IFRS S1 e IFRS S2. A obrigatoriedade de divulgação está prevista para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2026.
- (ii) Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras – IFRS 18, vigente para os exercícios anuais iniciados em 1º de janeiro de 2027.
- (iii) Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras – IFRS 19, vigente para os exercícios anuais iniciados em 1º de janeiro de 2027.
- (iv) Reforma tributária brasileira sobre o consumo, mudanças significativas no sistema tributário nacional, a transição começará em 2026 de forma escalonada, com implementação integral em 2033.

- (v) Em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 - Instrumentos financeiros, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações ao IFRS 7 - Instrumentos financeiros - Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza, como energia eólica, energia solar, entre outras, descritos como 'contracts referencing nature-dependent electricity'. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem principalmente: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de 'own use', (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting (cash flow hedge) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026.

2.14 Reapresentação das demonstrações financeiras - Cifras comparativas

Em 2025, a Companhia revisou algumas políticas contábeis adotadas e, como resultado, decidiu retificar a forma de apresentação dos custos de empréstimos incorridos sobre as escrituras de debêntures, que foram captadas para aporte nas controladas durante o período de construção. Essa mudança converge com as práticas usuais de mercado para transações de mesma natureza, além de contribuir para a melhor apresentação dos saldos. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas. Os efeitos detalhados dessa reapresentação, bem como a natureza dos ajustes, são demonstrados a seguir:

a. Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2024								
Ativo	Consolidado				Controladora			
	Original	Ajustes	Ref.	Reapresentado	Original	Ajustes	Ref.	Reapresentado
Investimentos	—	—		—	260.525	9.423	(a)	269.948
Imobilizado	218.173	9.423	(a)	227.596	3	—		3
Intangível	9.537	(9.423)	(a)	114	9.451	(9.423)	(a)	28
Outros ativos	105.241	—		105.241	42.935	—		42.935
Total ativo	332.951	—		332.951	312.914	—		312.914
Passivo e patrimônio líquido	332.951	—		332.951	312.914	—		312.914

Em função da imaterialidade do efeito sobre as informações do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2024, visto que basicamente afeta contas do grupo dos ativos não circulantes, a Companhia optou por não reapresentar a terceira coluna no balanço patrimonial.

b. Demonstrações do resultado

1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024								
Descrição	Consolidado				Controladora			
	Original	Ajustes	Ref.	Reapresentado	Original	Ajustes	Ref.	Reapresentado
Custos operacionais	(16.120)	(440)	(a)	(16.560)	—	—		—
Despesas gerais ou administrativas	(3.532)	440	(a)	(3.092)	(791)	440	(a)	(351)
Resultado de equivalência patrimonial	—	—		—	30.777	(440)	(a)	30.337
Outros	22.929	—		22.929	(26.709)	—		(26.709)
Lucro do período	3.277	—		3.277	3.277	—		3.277

c. Demonstrações dos fluxos de caixa

1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024								
Descrição	Consolidado				Controladora			
	Original	Ajustes	Ref.	Reapresentado	Original	Ajustes	Ref.	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais								
Lucro do período	3.277	—		3.277	—	—		—
Amortização de intangível	460	(440)	(a)	20	446	(440)	(a)	6
Depreciação	10.050	440	(a)	10.490	1	—		1
Resultado de equivalência patrimonial	—	—		—	(30.777)	440	(a)	(30.337)
Imposto de renda e contribuição social	—	1.775	(b)	1.775	—	—		—
Fornecedores	2.170	—		2.170	45	—		45
Obrigações fiscais	1.562	(1.775)	(b)	(213)	6	—		6
Impostos pagos sobre o lucro	(1.695)	—		(1.695)	—	—		—
Dividendos a receber	—	—		—	(7.307)	7.307	(b)	—
Pagamento de juros de debêntures	(6.874)	6.874	(b)	—	(6.874)	6.874	(b)	—
Outros	30.516	—		30.516	29.796	—		29.796
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	39.466	6.874		46.340	(14.664)	14.181		(483)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos								
Dividendos recebidos	—	—		—	23.807	(7.307)	(b)	16.500
Outros	(195)	—		(195)	16.136	—		16.136
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(195)	—		(195)	39.943	(7.307)		32.636
Fluxo de caixa das atividades de financiamento								
Pagamento de principal de debêntures	(25.768)	6.715	(b)	(19.053)	(25.768)	6.715	(b)	(19.053)
Pagamento de juros de debêntures	—	(13.589)	(b)	(13.589)	—	(13.589)	(b)	(13.589)
Outros	(1.507)	—		(1.507)	—	—		—
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(27.275)	(6.874)		(34.149)	(25.768)	(6.874)		(32.642)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	11.996	—		11.996	(489)	—		(489)

- (a) A alteração em questão não afetou o resultado dos períodos reapresentados, tão menos os saldos totais de ativos, passivos e patrimônio líquido, por se tratar de transferências entre linhas de balanço, de resultado e dos fluxos de caixa. Os ajustes se referem a reclassificação dos custos de empréstimos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incorridos sobre as debêntures divulgadas na nota explicativa nº 11 durante o período de construção dos empreendimentos, captadas para aporte nas controladas. Como resultado, os custos de empréstimos foram reclassificados para a linha de investimentos no balanço individual da controladora, e no balanço consolidado foram reclassificados para a linha de imobilizado, incorporando ao ativo operacional das controladas.
- (b) Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou reclassificações nos saldos apresentados no período comparativo nas linhas dos fluxos de caixa para melhor apresentação, sendo: obrigações fiscais e impostos pagos sobre o lucro; pagamentos de principal e de juros das debêntures; dividendos a receber e dividendos recebidos.

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao empreendimento.

A Administração mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política de tesouraria. As aplicações são autorizadas e aprovadas pela controladoria, e aplicações que não estejam previstas na política são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de tesouraria são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia aplica a maior parte do caixa disponível.

A Administração da Companhia estabelece um montante mínimo de posição em caixa. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, entidades governamentais e acionistas. Além disso, a Administração estabelece no orçamento o caixa mínimo a ser mantido na controladora e nas controladas. Todo recurso disponível deve ser, sempre que possível, aplicado nos Fundos de Investimentos através do FIC Domus Ventis ("FIC Consolidador").

Com relação às contas a receber de clientes, pelo fato de as controladas comercializarem a energia gerada única e exclusivamente para a CCEE, a Administração não observa exposição ao risco de crédito.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia e suas controladas não cumprirem suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. Os principais passivos financeiros contratados são Arrendamentos e Escritura de Debêntures nas notas 10 e 11.

A Companhia e suas controladas monitoram o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa individualmente, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. Adicionalmente, os saldos das contas reserva vinculadas podem ser utilizados para cobertura temporária de caixa para serviço da dívida.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações têm nos ganhos da Companhia e sua controlada, ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno financeiro do empreendimento. A Administração da Companhia e sua controlada não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia e suas controladas não possuíam em 31 de dezembro de 2025 e 2024 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira. Os arrendamentos das controladas e as escrituras de debêntures contratadas pela controlada, apresentadas nas notas 10 e 11 possuem riscos de mercado associados à volatilidade do IPCA.

Análise de sensibilidade

Descrição	Saldos 31/12/2025	Risco	Cenário 25%	Cenário 50%
Fundo de investimentos	35.137	Baixa do CDI	34.334	33.564
Efeito no resultado	3.024		2.221	1.451
Debêntures	(282.305)	Alta do IPCA	(289.235)	(296.180)
Efeito no resultado	(25.450)		(32.380)	(39.325)
Obrigações com arrendamentos	(16.468)	Alta do IPCA	(16.796)	(17.124)
Efeito no resultado	(1.223)		(1.551)	(1.879)

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	2	9	—	—
Bancos conta movimento	20	1.340	6	42
Aplicações financeiras	—	20.617	—	508
Fundo de investimentos - restritos (a)	35.137	—	1.364	—
Total	35.159	21.966	1.370	550

(a) A Companhia e suas controladas possuíam aplicações alocadas em fundo de investimentos, classificados em caixa e equivalentes de caixa, e encontravam-se disponíveis para resgate a qualquer momento. Esses fundos não têm prazo determinado para o seu encerramento uma vez que tal decisão depende das condições de mercado aliadas ao direcionamento da Administração. A remuneração é baseada na variação do CDI e a rentabilidade em 31 de dezembro de 2025 foi de 14,32% a.a.

5 Depósitos vinculados (Consolidado)

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos vinculados	27.876	27.155	—	—
Total	27.876	27.155	—	—

Conforme cláusulas contratuais estabelecidas em Escritura de Debêntures firmado pela Companhia, suas controladas devem constituir depósitos vinculados mantidos em contas no Banco Citibank Brasil S.A., mantidos por todo período do mesmo instrumento, sendo dados em garantia e podendo ser utilizados para liquidação de obrigações relacionadas ao contrato.

6 Contas a receber de clientes (Consolidado)

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Venda de energia elétrica	5.381	4.936
Total	5.381	4.936

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Administração considerava não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber, pois por regra estabelecida pela Câmara De Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), todos os títulos a receber são liquidados no mês subsequente ao fornecimento da energia. Adicionalmente, em análise retrospectiva, não se identifica perdas históricas, bem como expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

As controladas não apresentavam títulos vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

7 Imobilizado (Consolidado)

a. Composição do saldo

Descrição	Taxa %	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2025	31/12/2024
Instalações	10,00 %	3	—	3	—
Máquinas e equipamentos	1,85% a 16,67%	296.689	(81.710)	214.979	227.531
Benfeitorias em bens de terceiros	3,33% a 4%	51	—	51	—
Equipamentos de processamento de dados	20,00%	128	(47)	81	37
Móveis e utensílios	6,25%	112	(22)	90	28
Total		296.983	(81.779)	215.204	227.596

b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2024	Adições	Depreciação	31/12/2025
Instalações	—	3	—	3
Máquinas e equipamentos	227.531	408	(12.960)	214.979
Equipamentos de processamento de dados	37	68	(24)	81
Benfeitorias em bens de terceiros	—	51	—	51
Móveis e utensílios	28	68	(6)	90
Total	227.596	598	(12.990)	215.204

Descrição	31/12/2023	Adições	Transferências	Depreciação	31/12/2024
Máquinas e equipamentos	235.465	65	2.476	(10.475)	227.531
Equipamentos de processamento de dados	36	13	—	(11)	38
Móveis e utensílios	30	1	—	(4)	27
Imobilizado para reposição	2.476	—	(2.476)	—	—
Total	238.007	79	—	(10.490)	227.596

8 Investimentos (Controladora)

a. Composição do saldo

Controladas	31/12/2025	31/12/2024
Dracena I Parque Solar S.A	83.765	84.338
Dracena II Parque Solar S.A	82.993	83.608
Dracena IV Parque Solar S.A	99.026	102.002
Total	265.784	269.948

b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldos em 1º de janeiro	269.948	279.583
Equivalência patrimonial	24.895	30.777
Redução de investimentos	—	(16.165)
Distribuição de lucros (a)	(28.538)	(23.807)
Depreciação encargos da dívida (b)	(521)	(440)
Saldos em 31 de dezembro	265.784	269.948

- (a) Do montante declarado como distribuição de lucros pelas controladas, R\$34.500 teve efeito caixa em 31 de dezembro de 2025 (R\$16.500 em 31 de dezembro de 2024) sendo R\$5.962 relativo aos lucros destinados em 31 de dezembro de 2024 e R\$28.538 relativo a dividendos adicionais durante o ano de 2025.
- (b) A Escritura de Debêntures divulgada na nota 11, emitida em nome da Controladora, foi captada para financiar as obras dos parques eólicos de suas controladas. Por esse motivo, os encargos de dívida foram capitalizados como parte do investimento no balanço individual da Companhia e reclassificados para ativo imobilizado no balanço consolidado. Com a conclusão das obras e início das operações comerciais de forma plena, a Companhia iniciou a depreciação dos encargos de dívida capitalizados. Nas informações financeiras individuais da Companhia, tal depreciação é classificada como equivalência patrimonial, sendo reclassificada para depreciação nas informações financeiras consolidadas.

c. Saldos das controladas

31/12/2025					
Investidas	Participação (%)	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado
Dracena I Parque Solar S.A.	100%	91.150	10.172	80.980	9.164
Dracena II Parque Solar S.A.	100%	90.369	10.157	80.212	9.330
Dracena IV Parque Solar S.A.	100%	106.836	11.145	95.691	6.401
Total		288.355	31.474	256.883	24.895

31/12/2024					
Investidas	Participação (%)	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado
Dracena I Parque Solar S.A.	100%	90.592	9.201	81.391	10.395
Dracena II Parque Solar S.A.	100%	89.549	8.886	80.663	10.619
Dracena IV Parque Solar S.A.	100%	107.731	9.260	98.472	9.763
Total		287.872	27.347	260.526	30.777

d. Ágio

O ágio registrado no ativo da Companhia é decorrente de aquisições de participações societárias ocorridas em períodos anteriores, fundamentado na expectativa de rentabilidade futura (goodwill) das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) adquiridas.

Nos termos do CPC 15 (R1) / IFRS 3, o ágio representa o excesso do custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da adquirida na data da transação.

Conforme as normas contábeis vigentes, o ágio possui vida útil indefinida e, portanto, não é objeto de amortização sistemática, sendo submetido anualmente ao teste de redução ao valor recuperável (impairment), ou em períodos intermediários, caso existam indicadores de perda.

Para a verificação de eventuais perdas, a Companhia realiza anualmente o teste de impairment seguindo os critérios do CPC 01 (R1) / IAS 36. O valor recuperável das UGCs é determinado com base no Valor em Uso, calculado por meio da metodologia de Fluxo de Caixa Descontado (FCD). As principais premissas adotadas pela Administração para a mensuração deste valor incluem:

- Projeções de Fluxo de Caixa: Elaboradas para o período de vigência da outorga, baseadas em orçamentos aprovados e histórico de desempenho operacional.
- Taxa de Crescimento em Perpetuidade (\$g\$): Taxas estimadas de crescimento de longo prazo, alinhadas às projeções de inflação e crescimento real do setor de atuação da Companhia.
- Taxa de Desconto: Utilização do Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), refletindo os riscos específicos dos ativos e o custo de capital para o mercado brasileiro.
- Margens Operacionais: Estimativas de receitas e custos baseadas na capacidade instalada e condições de mercado vigentes.

Com base nos testes realizados no encerramento do exercício, o valor recuperável apurado para cada UGC foi superior ao seu respectivo valor contábil, não sendo identificada, portanto, a necessidade de constituição de provisão para perda por *impairment* sobre o saldo de ágio reportado.

Abaixo, apresenta-se a composição do ágio em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Controladas	31/12/2025	31/12/2024
Dracena I Parque Solar S.A	11.019	11.019
Dracena II Parque Solar S.A	11.287	11.287
Dracena IV Parque Solar S.A	12.004	12.004
Total	34.310	34.310

9 Fornecedores (Consolidado)

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais - Compra de energia (a)	12.152	1.652
Fornecedores nacionais - Serviços	252	779
Total	12.404	2.431

(a) O montante refere-se ao reconhecimento, no exercício de 2025, de ressarcimentos devidos pela Companhia em decorrência da baixa geração de energia, a serem liquidados no exercício subsequente.

10 Ativo de direito de uso e Obrigações com arrendamentos (Consolidado)

Abaixo apresenta-se a composição e a movimentação dos saldos de Ativo de direito de uso e Obrigações com arrendamentos:

a. Ativo de direito de uso

Composição do saldo	31/12/2025	31/12/2024
Direito de uso	18.116	18.700
(-) Amortização direito de uso	(3.958)	(3.537)
Total	14.158	15.163
Movimentação do saldo	31/12/2025	31/12/2024
Início do exercício	15.163	14.594
Atualização de contratos	1.193	1.328
Resultado da baixa de direito de uso	(1.483)	—
Amortização	(715)	(759)
Final do exercício	14.158	15.163

b. Arrendamentos a pagar

Composição do saldo	31/12/2025	31/12/2024
Arrendamento de Superfície	31.479	30.679
(-) Juros a Transcorrer	(15.011)	(15.086)
Total	16.468	15.593
Passivo circulante	366	329
Passivo não circulante	16.102	15.264
Movimentação do saldo	31/12/2025	31/12/2024
Início do exercício	15.593	15.005
Atualização de contratos	1.193	900
Acréscimo de juros	1.223	1.195
Pagamento de parcelas	(1.541)	(1.507)
Final do exercício	16.468	15.593

- (a) Em abril de 2025 a Companhia efetuou antecipadamente o pagamento anual dos arrendamentos no montante de R\$1.620. Dessa forma, registra-se temporariamente o valor do pagamento de meses futuros em conta de despesas antecipadas e, com o passar dos meses, apropria-se em conta de obrigações com arrendamentos o valor proporcional dos meses contratuais. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava o montante de R\$1.541 em amortização de obrigações com arrendamentos.

11 Debêntures (Controladora)

As debêntures foram emitidas junto ao Banco BNP Paribas Brasil S.A. e XP Investimentos na qualidade de coordenadores da emissão, Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. como agente fiduciário, Dracena I Parque Solar S.A., Dracena II Parque Solar S.A. e Dracena IV Parque Solar S.A., sendo os garantidores e o Banco Citibank S.A. como prestador de serviços de escriturador mandatário e liquidante de debêntures e agente de contas. Em fevereiro de 2020, foi celebrado o instrumento particular de escritura da terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia adicional real e fidejussória, em duas séries, para distribuição pública, com esforços restritos, da Eren Dracena Participações S.A., que emitiu um total de 280.000 (duzentos e cinquenta mil) debêntures, no valor total de R\$ 280.000.000 (duzentos e cinquenta milhões de reais). A totalidade dos recursos foi destinada para (i) o pagamento do empréstimo ponte e (ii) manutenção do caixa operacional relacionado ao próprio projeto.

Ademais, a Companhia decidiu-se por certificar a as debêntures de Dracena como "Debêntures Verdes", de acordo com o Parecer Independente publicado no dia 10 de julho de 2020, pela Sitawi – Finanças Verdes, utilizando metodologia alinhada com padrões internacionais, tais como os Green Bond Principles e os princípios do International Finance Corporation (IFC). De acordo com a metodologia empregada pela Sitawi, os benefícios ambientais gerados pelo projeto e a parcela desses benefícios atribuída aos recursos captados com a emissão de debêntures verdes são conforme a tabela abaixo:

Benefício ambiental do Complexo Solar Dracena	Projeto	Parcela da Debênture
Geração Anual* de Energia Renovável (MWh)	155.050	120.319(77,6%)
Emissão de GEE** evitada anual (mil tCO2e)	11,4737	8,9036 (77,6%)

*De acordo com a estimada geração de energia anual.

** Gases do Efeito Estufa

As informações contidas na tabela acima não foram objeto de avaliação dos auditores independentes.

a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Escritura de Debêntures	282.305	290.181
(-) Custo de captação	(762)	(714)
Total	281.543	289.467

b. Movimentação da conta

	31/12/2025	31/12/2024
Saldos em 1º de janeiro	289.467	295.597
Juros incorridos	25.450	26.461
Pagamento de principal	(20.024)	(19.053)
Pagamento de juros	(13.302)	(13.589)
Apropriação do custo de captação	65	51
Custo de captação pago no exercício	(113)	—
Saldos em 31 de dezembro	281.543	289.467
 Circulante	 24.162	 23.309
Não Circulante	257.381	266.158

c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo

Vencimento	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor	%	Valor	%
2026	—	—%	19.524	7%
2027	20.861	8%	19.989	7%
2028	21.346	8%	20.453	8%
2029	21.832	8%	20.918	8%
2030	22.317	9%	21.383	8%
2031	22.802	9%	21.848	8%
2032	23.287	9%	22.313	8%
2033	23.772	9%	22.777	9%
2034	24.742	10%	23.707	9%
2035	25.227	10%	24.172	9%
2036	25.713	10%	24.637	9%
2037	26.198	10%	25.101	10%
Total parcelas - longo prazo	258.097	100%	266.822	100%
(-) Custo de transação - longo prazo	(716)		(664)	
Saldo total - longo prazo	257.381		266.158	

12 Patrimônio líquido

O capital social integralizado é R\$35.797.001 em 31 de dezembro de 2025 (R\$35.796.800 em 31 de dezembro de 2024) e está representado por 35.797.001 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

Acionistas	31/12/2025			31/12/2024		
	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações
Total Eren S.A. (a)	— %	—	—	99,99%	35.796.799	35.796.799
TotalEnergies Renewable S.A. (a)	99,99 %	35.796.799	35.796.799	—%	—	—
Eren do Brasil	0,01 %	1	1	—%	—	—
Total Eren S.A.	— %	—	—	0,01%	1	1
Total	100 %	35.797.001	35.797.001	100%	35.796.800	35.796.800

- (a) Em 15 de maio de 2025, celebrou-se acordo de Incorporação da Total Eren S.A. ("Incorporada") pela TotalEnergies Renewables ("Incorporadora"), resultando na transferência de posse das ações emitidas pela Companhia.

13 Receita líquida de vendas (Consolidado)

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Venda de energia	61.222	59.386
Penalidades geração (a)	(11.124)	(5.553)
PIS e Cofins sobre vendas	(2.191)	(2.029)
Outras deduções	(322)	—
Total	47.585	51.804

- (a) O valor apresentado trata-se da provisão de penalidades à CCEE pelas controladas, em decorrência da diferença entre a energia contratada e a efetivamente consumida, conforme cláusulas do contrato de fornecimento, incorrida no período por conta dos eventos de desligamentos da rede de transmissão de energia, definida pela ANEEL ("constrained-off"). Durante o exercício de 2025, a Companhia reavaliou o critério de apresentação das penalidades contratuais, destacando-o da rubrica de Venda de energia, com efeito na apresentação do período comparativo.

14 Custos operacionais (Consolidado)

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Custos com pessoal	(1.616)	(1.589)
Energia comprada	(223)	(76)
Depreciação	(12.990)	(10.487)
Gastos operacionais	(1.247)	(1.268)
Seguros	(697)	(853)
Gastos com propriedades	(715)	(744)
Gastos com manutenção	(794)	(610)
Outros custos	(1.686)	(933)
Total	(19.968)	(16.560)

15 Despesas gerais ou administrativas (Consolidado)

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Serviços - pessoa jurídica (a)	(1.296)	(1.980)	(314)	(279)
Tributos e contribuições	(349)	(188)	—	(6)
Despesas com escritórios	—	—	—	(17)
Despesas legais	—	(446)	—	(12)
Depreciação	(9)	(3)	(9)	(3)
Despesas com informática e telecomunicações	—	(304)	—	(2)
Outras despesas gerais ou administrativas	(25)	(171)	(9)	(32)
Total	(1.679)	(3.092)	(332)	(351)

(a) Do montante divulgado na nota em 31 de dezembro de 2025, R\$ R\$654 se refere a pagamentos de consultoria à CDV pelas controladas (R\$596 em 31 de dezembro de 2024, conforme citado na Nota 17(a)).

16 Resultado financeiro

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações	3.382	1.136	85	52
Outras receitas financeiras	29	29	26	29
Total	3.411	1.165	111	81
Despesas financeiras				
Tarifas bancárias	(26)	(42)	(1)	(13)
Juros sobre debêntures	(25.450)	(26.502)	(25.450)	(26.502)
Juros sobre obrigações com arrendamentos	(1.223)	(783)	—	—
Outras despesas financeiras	(1.493)	(884)	(92)	(266)
Total	(28.192)	(28.211)	(25.543)	(26.781)
Resultado financeiro	(24.781)	(27.046)	(25.432)	(26.700)

17 Partes relacionadas

Os principais saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrentes de transações da Companhia com partes relacionadas, estão descritas abaixo:

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo	—	—	1.345	7.307
Dividendos a receber	—	—	1.345	7.307
Dividendos a receber de controladas	—	—	1.345	7.307
Resultado	(654)	(596)	—	—
Despesas gerais ou administrativas	(654)	(596)	—	—
Serviços tomados - pessoa jurídica (a)	(654)	(596)	—	—

(a) As controladas possuíam em 31 de dezembro de 2025 e 2024, contrato de prestação de serviços administrativos, com a finalidade de gestão dos ativos e atividades de backoffice, com a Casa dos Ventos S.A.

Remuneração da Administração

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os Diretores não farão jus a qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

18 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo:

Descrição	Mensuraçã o do valor justo	Consolidado				Controladora			
		31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025		31/12/2024	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa		35.159	35.159	21.966	21.966	1.370	1.370	550	550
Contas a receber de clientes		5.381	5.381	4.936	4.936	—	—	—	—
Debêntures a pagar	Nível 2	(281.543)	(170.944)	(289.467)	(183.915)	(281.543)	(170.944)	(289.467)	(183.915)
Fornecedores		(12.404)	(12.404)	(2.431)	(2.431)	(5)	(5)	(45)	(45)
Obrigações com arrendamentos		(16.468)	(16.468)	(15.593)	(15.593)	—	—	—	—
Outras contas a pagar		(218)	(218)	(1.012)	(1.012)	(3)	(3)	—	—
Total		(270.093)	(159.494)	(281.601)	(176.049)	(280.181)	(169.582)	(288.962)	(183.410)

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia e suas controladas não apresentavam instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros da Companhia e sua controlada são avaliados ao custo amortizado.

b. Mensuração do valor justo

A tabela abaixo apresenta a técnica de valoração utilizada na mensuração do valor justo de Nível 2 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados.

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Título de dívida – Escritura de Debêntures	Técnica de comparação de mercado: O valor justo é estimado considerando os preços cotados atuais ou recentes para o mesmo título negociado em mercado secundário.	Não aplicável	Não aplicável

19 Imposto de renda e contribuição social corrente (Consolidado)

a. Composição do saldo no resultado:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda corrente	(1.986)	(1.167)
Contribuição social corrente	(944)	(608)
Total	(2.930)	(1.775)

b. Apuração do imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstrados a seguir:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Venda de energia	61.222	59.386
Alíquota de presunção (IRPJ)	8 %	8%
Lucro presumido	4.898	4.751
Outras receitas não operacionais	3.300	1.165
Alíquota vigente	25 %	25%
Imposto de renda corrente	(1.986)	(1.167)
Alíquota de presunção (CSLL)	12 %	12%
Lucro presumido	7.347	7.126
Outras receitas não operacionais	3.300	1.165
Alíquota vigente	9 %	9%
Contribuição social corrente	(944)	(608)
Alíquota efetiva	(192,5)%	(35,1)%

c. Movimentação das obrigações com imposto de renda e contribuição social:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais	485	424
Imposto de renda e contribuição social no exercício	2.930	1.775
Impostos pagos sobre o lucro	(2.351)	(1.695)
Compensações no exercício	(534)	(19)
Saldos finais	530	485

20 Contingências

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, estão sujeitas a processos judiciais de natureza tributária, previdenciárias, trabalhistas e cíveis.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais sobre cada tema, bem como a avaliação dos advogados externos. Contingências identificadas como perda remota não são contabilizadas, nem divulgadas; contingências identificadas como perda possível são apenas divulgadas; e contingências identificadas como perda provável são contabilizadas e divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Administração revisa suas estimativas e premissas continuamente.

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração não possuía contingências classificadas como perda provável e possível.

21 Eventos subsequentes

Em 06 de janeiro de 2026, celebrou-se em AGE a redução de capital das controladas, totalizando R\$18.000, sendo R\$6.000 para cada uma das três controladas, com efeito caixa no dia 13 de março de 2026.

Em 13 de março de 2026, a Companhia realizou o pagamento da prestação das debêntures do 1ª semestre deste ano no montante de R\$16.802.

* * *